

RESUMO

Este artigo apresenta a experiência de profissionais Técnico-Administrativas em Educação de Instituição de Ensino Federal num projeto de extensão que conecta o Instituto Federal de Mato Grosso a mulheres em situação de risco social e enfrentamento a violências. Realizou-se por meio do Programa de Extensão Teresa de Benguela que propõe estimular o empoderamento e a geração de renda de mulheres pelo empreendedorismo. O projeto foi executado *in loco* na Unidade de Internação Feminina Socioeducativa, na Casa de Amparo a Mulheres vítimas de violência e no Campus de origem do projeto. Foram realizadas rodas de conversas, oficinas, minicursos e outros acompanhamentos. Mais do que uma iniciativa que apenas informa as mulheres dos cursos e oportunidades, este projeto foi avaliado de forma positiva porque abriu a essas mulheres um espaço de fala, de se identificar com a situação vivenciada umas pelas outras e entender o fenômeno da violência doméstica na sua complexidade histórica e social. Além disso, através da realização do projeto as adolescentes e mulheres puderam ter acesso a informações sobre os Institutos Federais abrangendo cursos oferecidos, formas de ingresso, outros projetos desenvolvidos e assistência estudantil para possibilidades de uma educação emancipadora que fortalece mulheres no combate às violências.

Palavras-chave: Educação, Empoderamento, Violências.

INTRODUÇÃO

A Lei no 9394/96, de 23 de dezembro de 1999 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, se refere à Educação como sendo um dos pilares básicos na formação do indivíduo e de sua cidadania, embasada na universalização do atendimento e nos princípios de democratização do acesso, permanência e êxito do ser humano na sociedade em que vive, garantindo-lhe atuar enquanto construtor de sua própria história de vida, e assim, interagir de forma consequente na sociedade da qual faz parte, sendo essa realidade oriunda principalmente de ações advindas de processos educativos.

No que se refere a educação profissional e tecnológica, enfatiza a preparação para o mundo do trabalho, e que é um desafio dentro desta questão é a inclusão de minorias sociais e famílias em situação de vulnerabilidade. O Instituto Federal de Mato Grosso vem

¹ Psicóloga do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá Bela Vista, adriana.martins@blv.ifmt.edu.br;



criando estratégias de integração da comunidade as oportunidades oferecidas dentro da instituição. Uma dessas estratégias é o Programa de Extensão Teresa de Benguela ao qual se vincula este projeto.

O Programa de Extensão Teresa de Benguela propõe estimular o empoderamento e a geração de renda de mulheres pelo empreendedorismo. Estão entre os objetivos específicos do programa: atender a mulheres em risco ou vulnerabilidade social, promover inclusão socioproductiva através da educação, atendendo a mulheres integrantes de comunidades indígenas e quilombolas; internas do sistema socioeducativo; ribeirinhas; assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária; em situação de dependência química, violência doméstica, psicológica ou emocional; ou incluídas na temática de diversidade de gênero.

Com relação aos direitos da mulher, a conjuntura brasileira aponta sérios retrocessos e desafios para a garantia e ampliação dos direitos das mulheres. Este projeto nasce do anseio de que essas mulheres integrem nossa comunidade escolar para assim desenvolverem maior liberdade.

O projeto foi pensado e desenvolvido através da parceria de profissionais técnico-administrativos da instituição. Executado *in loco* na Unidade de Internação Feminina Socioeducativa, na Casa de Amparo a mulheres vítimas de violência e no Campus Cuiabá-Bela Vista, de origem do projeto. Eram realizadas semanalmente rodas de conversas, oficinas e minicursos. Além disso, as participantes contaram com o auxílio para inscrições nos seletivos oferecidos, informações sobre a realização da prova e até mesmo inscrição nos supletivos oferecidos pela educação estadual e municipal.

Dentre as limitações encontradas podem ser destacadas o distanciamento da realidade da educação técnica e superior a vivência dessas mulheres. Um exemplo disso é a exigência de endereço fixo para inscrição no processo seletivo, quando algumas das mulheres estavam amparadas pelo Estado e sua localização mantida em sigilo. Estratégias foram criadas para junto a instituição medidas fossem adotadas para que essas mulheres pudessem ser incluídas.



Assim, mais do que um projeto vinculado ao ensino de um público vulnerável, este projeto de importância da colaboração técnica administrativa na acessibilidade a

METODOLOGIA

O método de intervenção proposto neste projeto, permite que as pessoas envolvidas passam por um processo de auto-descoberta e identificação de suas qualidades, limitações, interesses, habilidades e possibilidades, auxiliando o momento da escolha e elaboração de seu projeto de carreira, para o alcance da realização profissional. Ou seja, o processo de facilitação da decisão, por meio do reconhecimento, pelo orientando, das relações entre os elementos sociais, familiares e psicológicos que a influenciam (Andrade et al.,2002).

Para realização dos objetivos foram realizadas oficinas semanais em três locus de execução: medida socioeducativa casa de Amparo e 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Cuiabá. Essas oficinas perpassam discussões acerca das vivências das mulheres, saúde da mulher, saúde mental e também questões a assistência social e estudantil, direitos da mulher e proteção as famílias. Bem como a exposição dos cursos técnicos subsequentes, superiores, à distância e outras oportunidades disponíveis no campus Bela vista do Instituto Federal de Mato Grosso para que essas mulheres tenham acesso ao ingresso e permanência nos cursos.

DESENVOLVIMENTO

Carvalho (2004) escreve que “Empowerment” é um conceito complexo que toma emprestado noções de distintos campos de conhecimento. É uma idéia que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social” presentes nas sociedades dos países desenvolvidos na segunda metade do século XX. Nos anos 70, este conceito é influenciado pelos movimentos de auto-ajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Na década de 90 recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social entre as quais a prática médica, a educação em saúde e o ambiente físico. Não caberia aqui a visão reducionista que idealizando o



trabalho de profissionais, que atuam sobre o ambiente físico e social, subestimam o papel desempenhado por esses profissionais que prestam assistência clínica ao usuário. Esta é uma visão equivocada quanto à atuação na produção de destacados investigadores da Promoção à Saúde, no momento em que sustentam a importância dos serviços assistenciais como um espaço de realização do “empowerment”, uma vez que instituições burocráticas e seus profissionais são passíveis de mudança.

A politização da saúde e de estratégias de promoção não significa que apenas a ação política direta é que tem validade. Quer dizer, isto sim, que devemos sempre “enquadrar os problemas de saúde e sua solução no seu contexto social, político e econômico” 16 (p. 302). O “empowerment” pode dar-se tanto em nível do coletivo quanto da relação intersubjetiva, podendo ocorrer em distintos espaços da ação sanitária, sejam eles o de promoção, de prevenção, de cura e/ou de reabilitação. Considero que um aspecto central do “empowerment” comunitário seja a possibilidade de que indivíduos e coletivos venham a desenvolver competências para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades, mas também um pensamento reflexivo que qualifique a ação política.

O empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Mas isso não se dá no vazio, numa posição idealista, segundo a qual a consciência muda dentro de si mesma, através de um jogo de palavras num seminário. A conscientização é um processo de conhecimento que se dá na relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão, isto é, se dá na práxis (FREIRE, 1979). Conscientizar não significa manipular, conduzir o outro a pensar como eu penso; conscientizar é “tomar posse do real”, constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade; envolve um afastamento do real para poder objetivá-lo nas suas relações. Segundo Freire (1986), Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula (p. 207).

Diante de todos os tipos de violência e a significação de cada, a que se enquadra como sendo uma preocupação governamental e da sociedade, tendo maior destaque é a violência doméstica, fazendo com que gere ações governamentais e movimentos sociais em vários países pelo mundo. Diante da precarização das políticas sociais, da deterioração dos salários, do desemprego, da violência e das cotidianas ameaças de retrocessos para os direitos



das mulheres, com destaque para os sexuais e reprodutivos, não nos resta outro caminho, a não ser o fortalecimento das lutas.

Nesse sentido, devemos lutar pela garantia de direitos a todas as mulheres. Direito à cidade, à autonomia de seus corpos, à sua sexualidade e à vida. É dever continuarmos nas lutas em prol de políticas públicas que se comprometam com o fim da violência contra as mulheres, contra o assédio, contra o machismo, contra a cultura do estupro, que culpabiliza essas mulheres, e, por fim, contra a sociedade patriarcal, que perpetua seus mecanismos de exploração e opressão.

O método de intervenção proposto neste projeto, permite que as pessoas envolvidas passam por um processo de auto-descoberta e identificação de suas qualidades, limitações, interesses, habilidades e possibilidades, auxiliando o momento da escolha e elaboração de seu projeto de carreira, para o alcance da realização profissional. Ou seja, o processo de facilitação da decisão, por meio do reconhecimento, pelo orientando, das relações entre os elementos sociais, familiares e psicológicos que a influenciam (Andrade et al.,2002).

Nesse sentido é necessário o empoderamento para o enfrentamento dessa luta através da capacitação profissional e conhecimento de seus próprios direitos já adquiridos. É assim que a intersecção serviço social e psicologia se constitui na pretensão da realização do trabalho.

Através de uma perspectiva psicossocial amplia-se o olhar não só para o indivíduo em suas habilidades subjetivas, mas para todo um contexto social ao qual está inserido, sua realidade socioeconômica e conjuntura familiar. Traçamos assim uma intersecção entre a psicologia e o serviço social, “Ambos os profissionais encontram-se submetidos a relações e condições de trabalho que são determinantes de suas possibilidades e limitações, fazendo com que não possuam o domínio completo sobre o próprio processo de trabalho” (Eidelwein, 2007). Acrescenta ainda que ao considerarmos que tal processo se se forma de aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, pode-se refletir o quanto tais elementos, não são decorrentes de uma produção endógena, mas de toda uma conjuntura social, econômica, política e cultural que condiciona ou favorece determinadas visões da natureza e do ser humano, formas de investigação e compreensão da realidade, bem como modos de intervenção sobre a realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



As mulheres foram frequentes nas oficinas e inscritas em algum curso superior ou subsequente de seu interesse. Porém, cabe ressaltar que durante o percurso do trabalho algumas dificuldades foram encontradas, tais como: a rotatividade das mulheres atendidas na Casa de Amparo exige que tenhamos toda semana uma estratégia de apresentação do projeto. As mulheres são liberadas e integradas às suas famílias todas as semanas. Outra dificuldade é a política de ingresso dos campus, onde as mulheres que participam do projeto já encontram dificuldade logo na inscrição. a maioria delas não tem endereço, nem renda, nem algum que se responsabilize por seus gastos. Assim, talvez precisássemos pensar juntamente ao ingresso algumas alternativas. Muitas das participantes, apesar de ter grande desejo de ingressar em nossos cursos, não possuem ensino médio completo, algumas nem ensino fundamental. Essa dificuldade está sendo permeada na busca por supletivos, e processos de conclusão rápidos que o estado e até o município apresentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que uma iniciativa que apenas informa as mulheres dos cursos e oportunidade, este projeto foi avaliado de forma positiva porque abriu a essas mulheres um espaço de fala, de se identificar com a situação vivenciada umas pelas outras e entender o fenômeno da violência doméstica na sua complexidade histórica e social. Então, a cada semana quando elas eram ouvidas e os temas discutidos ouviam-se desabafos, expressões de sentimentos e com eles **progresso**.

Em concordância a isso, refletimos sobre a importância da ampliação dos meios educativos através de práticas transdisciplinares, sendo um auxiliar do pensamento crítico da pessoa, estabelecendo uma preparação que ultrapassa as barreiras e a alcança enquanto cidadã preparando-a para a vida profissional. Consideramos a realização do projeto de grande proveito para a intersecção entre a escola e a sua comunidade, assim como também para crescimento profissional das envolvidas. Destacamos, enquanto equipe executora, o prazer de executar um trabalho tão benéfico à sociedade, cumprindo o papel social do Instituto Federal de Mato Grosso que é: uma educação para a vida e para o trabalho.

REFERÊNCIAS



NISSIM, M., MEIRA, G. R. J., & VASCONCELOS, Z. B. (2002, setembro). O processo de orientação vocacional frente ao século XXI: perspectivas e desafio. *Psicologia Ciência e Profissão*, 22(3). 46-53. Recuperado em: 20 de maio de 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932002000300008&script=sci_arttext&tlng=pt

AGUIAR, G. A.; ROSO, P. L.: O EMPODERAMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA ATRAVÉS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO: CAMINHOS POSSÍVEIS. Demandas sociais e políticas públicas, link:<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15876/3773>, 2016.

CARVALHO, Sérgio Resende. **The multiple meanings of "empowerment" in the health promotion proposal.** *Cad. Saúde Pública*[online]. 2004, vol.20, n.4, pp.1088-1095. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400024>.

EIDELWEIN, K. (2007, julho/dezembro). Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. *Revista Textos & Contextos*, 6(2). 298-313. Recuperado em: 23 de maio de 2017, de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2320/3249>

FRIEDAN, Betty. **MÍSTICA FEMININA** - O livro que inspirou a revoltadas mulheres americanas. Tradução portuguesa por Editora Vozes Limitada. Rio de Janeiro, 1971.

GADOTTI, M. A questão da educação formal / não formal. In *Droit à l'éducation: solutions à tous les problèmes ou problème sans solution?* (1-11). Suíça: IDE.

OLIVEIRA, V. S. (2016, abril/junho). Orientação profissional na escola: possível relação entre teoria escolar e prática profissional. *Colloquium Humanarum*, 13(2), 82-86. Presidente Prudente. doi: 10.5747/ch.2016.v13.n2.h255.